

Texto para Discussão

Série Economia

TD-E / 02 - 2008

**Prebisch era realmente contra o livre comércio? Considerações
sobre as origens do pensamento estruturalista**

Prof. Dr. Márcio Bobik Braga

Universidade de São Paulo
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade
de Ribeirão Preto

Reitora da Universidade de São Paulo
Suely Vilela

Diretor da FEA-RP/USP
Rudinei Toneto Junior

Chefe do Departamento de Administração
Marcio Mattos Borges de Oliveira

Chefe do Departamento de Contabilidade
Maísa de Souza Ribeiro

Chefe do Departamento de Economia
Maria Christina Siqueira de Souza Campos

CONSELHO EDITORIAL

Comissão de Pesquisa da FEA-RP/USP

*Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto
Avenida dos Bandeirantes, 3900
14049-900 Ribeirão Preto – SP*

A série TEXTO PARA DISCUSSÃO tem como objetivo divulgar: i) resultados de trabalhos em desenvolvimento na FEA-RP/USP; ii) outros trabalhos considerados de relevância dadas as linhas de pesquisa da instituição. A série foi subdividida em função das principais áreas de atuação da FEA-RP/US: Economia, Administração e Contabilidade. Veja o site da CPq na Home Page da FEA-RP: www.fearp.usp.br. Informações: e-mail: cpq@fearp.usp.br

Prebisch era realmente contra o livre comércio? Considerações sobre as origens do pensamento estruturalista

Márcio Bobik Braga (FEA-RP/USP)

(Versão Preliminar)

O conhecido economista contemporâneo Gregory Mankiw, da Universidade de Harvard, destacou, em seu livro que é um dos mais adotados em cursos de introdução à economia em universidades da América Latina, que:

As conclusões de Adam Smith e David Ricardo sobre os ganhos do comércio prevaleceram no tempo. Embora frequentemente os economistas discordem a respeito de aspectos de política econômica, eles são unânimes na defesa do livre comércio. Mais ainda, o argumento central em favor do livre comércio não mudou muito nos últimos dois séculos. Mesmo que as fronteiras do pensamento econômico tenham-se ampliado e as teorias tenham sido refinadas desde a época de Smith e Ricardo, a oposição dos economistas às restrições comerciais tem ainda como base, em grande parte, o princípio das vantagens comparativas. (Mankiw, 2001, p. 54)

Outros dois importantes economistas contemporâneos especializados em economia internacional, Paul Krugman e Maurice Obstfeld, argumentam, em outro livro também amplamente conhecido e adotado em cursos de economia da região, que:

Apoiados no argumento da indústria nascente, muitos países menos desenvolvidos têm perseguido políticas de industrialização pela substituição de importações, nas quais as indústrias domésticas são criadas sob a proteção de tarifas ou cotas de importação. Embora essas políticas tenham sido bem sucedidas em promover as manufaturas, de modo geral não têm produzido os ganhos esperados em termos de crescimento econômico e qualidade de vida. Muitos economistas agora criticam duramente os resultados da substituição de importações, argumentando que ela fomentou uma produção ineficiente a custos elevados (Krugman e Obstfeld, 2005, p.203).

Estas duas e, por que não dizer, influentes citações no ensino da economia na América Latina defendem pelo menos duas crenças compartilhadas pela ortodoxia econômica na atualidade: i) são inquestionáveis os benefícios do livre comércio baseado nas vantagens comparativas; e ii) os países devem liberalizar seus mercados como forma de obter maiores ganhos de bem estar, na concepção neoclássica. De fato, o livre comércio tem sido amplamente defendido pelo pensamento econômico convencional como objetivo de política econômica ao longo dos dois últimos séculos ou mais. Sua influência, inicialmente constatada no auge da revolução industrial na Inglaterra do século XIX, um país com escassez de terra e dependente de importações de bens primários, foi reforçada pelo grande crescimento do comércio mundial que pôde ser observado até o advento da primeira grande guerra. Nesse período, as relações comerciais entre a América Latina e os grandes centros industriais foram marcadas por trocas entre bens primários e manufaturas em um quadro de especialização, totalmente de

acordo com os princípios dos custos comparativos de David Ricardo e outros economistas clássicos. A influência do livre comércio foi reafirmada após o final da segunda guerra mundial. A criação do *GATT* – *General Agreements on Tariffs and Trade*, em 1949, representa a primeira grande tentativa de se restabelecer o livre comércio rompido por um período de guerras e uma grande recessão. A atuação desse “acordo” foi marcada por inúmeras rodadas de negociações comerciais, cuja complexidade demandou a reformulação da institucionalização do livre comércio a partir da criação, em 1994, da OMC – Organização Mundial do Comércio, cujo princípio básico se encontra no multilateralismo das relações comerciais entre os seus membros.

Nas últimas décadas, a comparação entre os bons resultados em termos de crescimento econômico, compartilhados pelos países que buscaram estratégias baseadas no livre comércio, e o baixo desempenho econômico, vislumbrado por aqueles que adotaram políticas protecionistas como forma de incentivar a industrialização interna, parece ter reforçado as crenças em torno do livre comércio como alternativa mais racional ao progresso econômico.¹ Este último “consenso” tem sido predominante no atual debate acerca do desenvolvimento econômico na América Latina.

De fato, seguindo os princípios do que se tem denominado de “Consenso de Washington”, ou mais popularmente conhecido como “neoliberalismo”, o liberalismo comercial passou a ser, nas últimas duas décadas, uma opção correta a ser considerada nas discussões sobre as possíveis reformas econômicas a serem adotadas com o objetivo de elevar o crescimento econômico dos países latino-americanos. Uma motivação para esse consenso seria a constatação acerca do esgotamento das equivocadas práticas protecionistas adotadas por essa região no passado e que teriam resultado em uma estrutura industrial caracterizada por baixos níveis de produtividade e racionalidade econômica duvidosa. A superação dessa situação somente seria possível a partir de reformas que resgatassem, além de outros benefícios do liberalismo econômico, as vantagens do livre comércio e da especialização.

As críticas ortodoxas às políticas protecionistas têm sido em grande parte destinadas a um grupo de economistas latino-americanos que, a partir da segunda metade do século XX, “nadaram” contra o caráter normativo dos modelos construídos dentro do que podemos denominar de *teoria pura do comércio internacional*. Conforme procuraremos defender neste capítulo, esse grupo, identificado com os princípios desenvolvimentistas da CEPAL e denominado por muitos de estruturalistas, não pode ser julgado por simples argumento geral tal qual implícito na citação de Krugman e Obstfeld reproduzida nesta introdução. Também veremos que a citação do Mankiw, ainda que menos pretensiosa do que a dos dois outros autores, está longe de ser verdadeira.

¹ Essa comparação diz respeito ao desempenho das economias asiáticas em relação às economias latino-americanas

1.1 as vantagens comparativas e desenvolvimento econômico

Em sua “Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico”, originalmente publicado em 1966, Celso Furtado destaca:

No estudo do desenvolvimento, cabe considerar o comércio exterior de três ângulos diferentes: a) como fator de elevação da produtividade econômica, mediante a expansão dos mercados e especialização; b) como força motora capaz de provocar transformações das estruturas; e c) como canal de transmissão do progresso técnico. (Furtado, 1983, p. 165)

Para Furtado, a denominada teoria pura do comércio internacional tratou essencialmente da primeira das três contribuições possíveis, desconsiderando os aspectos dinâmicos do comércio internacional implícitos nas duas outras. Essa crítica não buscou atacar a essência do princípio das vantagens comparativas, cujos argumentos lógicos, conforme destacou o próprio Furtado, eram inquestionáveis. Tratou-se de considerar como o comércio internacional poderia contribuir para o desenvolvimento econômico na América Latina.

A teoria pura do comércio internacional, inspirada na teoria dos custos comparativos, apresentado inicialmente por David Ricardo em seus *Princípios de Economia Política e Tributação*, buscou analisar como o comércio altera a alocação de recursos, preços relativos, produção e bem-estar econômico nos países que adotam o livre comércio. Em sua versão mais moderna, procurou aperfeiçoar a análise com base na teoria estática do equilíbrio geral. As estruturas analíticas desses modelos, particularmente as relativas às hipóteses, são amplamente conhecidas pela Ciência Econômica e não cabe aqui repeti-las. Devemos, entretanto, destacar que essa teoria procurou e ainda procura defender uma concepção extremamente otimista: a de que a especialização e o comércio resultam numa situação de particular vantagem no quadro da divisão internacional no trabalho, e pode servir de fator dinâmico ao desenvolvimento econômico por prever estruturas econômicas mais eficientes, ainda que sob o ponto de vista estático. Esse otimismo foi estendido para o mercado de fatores: o livre comércio poria em funcionamento mecanismos que levariam à equalização da remuneração dos fatores de produção. Ou seja, os benefícios do comércio tenderiam a propagar-se a partir de um processo de melhora do padrão de distribuição de renda entre os países. Essa conclusão serviu para difundir a idéia de que o livre comércio é superior ao protecionismo. O contexto das relações econômicas internacionais, pelo menos aquele que vigorou até o início da primeira guerra mundial, justificou um quadro de divisão do trabalho composto, de um lado, de nações produtoras de bens primários, e de outro das grandes nações industrializadas lideradas pela Grã-Bretanha.

Na concepção defendida por Furtado (1983), o problema do caráter normativo da teoria do comércio internacional refere-se ao fato desta não ter dado a ênfase necessária a algumas importantes questões relacionadas ao desenvolvimento econômico, como o progresso técnico no mundo capitalista, e

às possíveis transformações estruturais decorrentes do comércio internacional, ou de sua ausência. Teria se preocupado essencialmente em demonstrar como o comércio poderia contribuir para a elevação da produtividade e do bem-estar econômico pelo “critério de pareto” em decorrência da expansão dos mercados e especialização. Os modelos modernos trariam aplicações mais genéricas relacionadas com a concepção neoclássica do equilíbrio geral. Entretanto, para Furtado, o desenvolvimento latino-americano não poderia se resumir apenas na busca de formas mais eficientes de produção dentro de uma estrutura produtiva imposta pelo colonialismo. Era necessário alterar essas estruturas. As características internas da região e a sua particular inserção nas relações econômicas internacionais demandavam mudanças estruturais que pudessem elevar a taxa de crescimento econômico e reduzir as visíveis diferenças no nível de renda entre os países. Tais mudanças deveriam ocorrer a partir de uma ruptura da divisão baseada em trocas de bens primários por manufaturas. Essa ruptura somente seria possível a partir da industrialização substitutiva de importações, viável apenas com o protecionismo, deliberado particularmente após o final da segunda grande guerra.

A crítica de Furtado, quanto à insuficiência da teoria pura do comércio internacional no debate sobre o desenvolvimento econômico na América Latina teve sua origem nos trabalhos elaborados pela CEPAL a partir do final da década de 40, trabalhos esses redigidos em sua maioria por Raul Prebisch. Esses trabalhos defenderam a industrialização na América Latina com base, além da idéia associada à indústria nascente, em outros três argumentos: i) uma evidência empírica acerca de deterioração dos termos de troca contra os países produtores de matérias primas e bens primários, ii) uma construção teórica utilizada para explicar essa deterioração, iii) a percepção acerca da necessidade de se tomar uma decisão estratégica no importante momento em que se consolidava um novo modelo nas relações econômicas e políticas internacionais. Conforme veremos, essa decisão estratégia envolveria uma ampla cooperação entre os países latino-americanos.

1.2.1 O processo de deterioração dos termos de troca

O processo de deterioração dos termos de troca consiste numa das mais populares teses cepalinas ou estruturalistas. Sua validade, entretanto, tem sido questionada por inúmeros trabalhos e hoje em dia parece não estar claro se de fato o processo consiste numa tendência de longo prazo. No final da década de 40, contudo, as evidências pareciam confirmar a tese tendo em vista os resultados contidos no relatório elaborado pela Subcomissão para o Desenvolvimento Econômico das Nações Unidas, intitulado *Post-war price relations in trade between under-developed and industrialized countries*, e divulgado em fevereiro de 1949 (Nações Unidas, 1949).² Os objetivos propostos pelo documento

² Pesquisas recentes (Toye e Toye, 2003) mostram que esse relatório, divulgado como autoria da instituição, porém sem citar nomes, foi elaborado pelo economista e então membro da equipe da ONU Hans Wolfgang Singer. No ano seguinte, Singer

tinham como motivação uma evidência já constatada nos primeiros trabalhos da Subcomissão, criada dois anos antes: o aumento relativo no preço dos bens de capitais e serviços de transportes produzidos nos países desenvolvidos. Haveria assim, conforme destaca a primeira parte do documento, a necessidade de uma maior verificação acerca da tendência nos preços dos bens primários, uma vez que a situação poderia ser prejudicial aos países menos desenvolvidos, muitos dos quais, importadores de bens de capitais. Apesar de alertar para a necessidade de uma confirmação da validade das técnicas empíricas e dados utilizados, o relatório apresenta, como conclusão preliminar, uma clara tendência de deterioração dos termos de troca desfavoráveis aos bens primários. Sua circulação foi limitada, não apenas pelas observações iniciais acerca da necessária checagem, mas pelas suas implicações, contrárias ao pensamento econômico convencional. Essa limitação, entretanto, não foi suficiente para impedir a sua divulgação no âmbito da CEPAL.³

O trabalho da ONU foi particularmente marcante na elaboração do primeiro documento realizado por Prebisch no âmbito da CEPAL, publicado originalmente no mesmo ano.⁴ Intitulado *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, também conhecido como manifesto da América Latina, o trabalho conteria as bases para a construção, por Prebisch e pela CEPAL, do arcabouço analítico sobre os problemas latino-americanos. Inicialmente, as atenções voltavam-se para as principais evidências empíricas do relatório da ONU. Exceto pelo período final do século XIX, a deterioração dos termos de troca, desfavoráveis aos países exportadores de matérias-primas e bens primários, era evidente, particularmente a partir da segunda década do século XX. Essas evidências tinham uma importante implicação naquele momento histórico: a especialização, para a América Latina, revelar-se-ia como sendo uma configuração totalmente desfavorável a essa região. Tal hipótese era reforçada pela evidente e crescente disparidade econômica, social e institucional entre os países latino-americanos e os grandes centros industrializados. Prebisch definiu essa situação perversa como consequência de um modelo que denominou de “centro-periferia”, cujas origens estariam nas relações estabelecidas no âmbito da estrutura de comércio criada dentro de um sistema colonial e que se mantinha após a independência dos países latino-americanos. Segundo esse autor, tal modelo impedia uma distribuição mais justa dos benefícios do progresso tecnológico que estavam ocorrendo nas economias desenvolvidas e industrializadas do centro.

A partir dessas evidências, inicia-se todo um esforço teórico para explicar a tendência de deterioração dos termos de troca e suas consequências para os países menos desenvolvidos especializados na produção primária. Inicialmente, Prebisch utilizou essa evidência para explicar o fato

tem um artigo publicado na revista *American Economic Review*, no qual chega a conclusões semelhantes à análise realizada por Prebisch que será discutida a seguir. O trabalho de Singer (1950) será analisado mais adiante.

³ Sobre a trajetória desse documento, ver Toye e Toye, 2003.

⁴ Uma história contada de forma interessante sobre o ambiente na CEPAL na época da elaboração do referido documento pode ser encontrada em Furtado (1985). Nesse trabalho, Furtado relata as suas primeiras experiências na CEPAL e as mudanças ocorridas com a chegada de Prebisch, inicialmente como consultor.

da distribuição dos frutos do progresso técnico ter uma característica distinta nos países do centro em relação à periferia. Para tanto, ele utiliza um raciocínio baseado numa teoria de ciclos de certa influência keynesiana. Este raciocínio pode ser descrito como a seguir.⁵

Consideremos uma economia que, por algum motivo, experimente um crescimento no nível de confiança dos empresários em relação ao comportamento futuro dos negócios; e que esse crescimento resulte em um aumento na demanda e produção de bens de consumo e de capital na economia. A elevação dos investimentos, por se traduzir em um incremento da demanda e intensificada pelo efeito multiplicador keynesiano, tende a gerar um maior crescimento nos preços e na renda, o que, ao contribuir para uma melhora ainda maior no estado das expectativas, estimularia novos investimentos, gerando assim um ciclo virtuoso nos negócios. A partir de um determinado momento, com a percepção de exagero nas expectativas, essa tendência se reverte: ocorre uma retração nos investimentos o que desencadeia um processo oposto ao anterior: queda nos preços, renda e nível de atividade econômica, estabelecendo-se assim um ciclo oposto ou vicioso. Tendo o nível de atividade econômica atingido um patamar mínimo, o ciclo se completaria. A partir de então os investimentos seriam retomados,⁶ por exemplo, pelo desejo dos empresários em repor o capital desgastado ou por algum outro fator que pudesse melhorar o estado das expectativas dos empresários. Os ciclos, segundo Prebisch (e vários outros economistas), seriam uma das características das tendências de longo prazo do sistema capitalista.

Segundo Prebisch, nas economias industrializadas, os ciclos apresentam um efeito assimétrico na trajetória e na distribuição de renda. Em suas fases ascendentes, haveria uma expansão generalizada da renda, beneficiando os trabalhadores e principalmente os empresários. Entretanto, nas fases descendentes, a queda nos salários seria menos intensa do que a dos lucros. Esse efeito seria explicado pelo grau superior de organização social nessas economias, particularmente no que diz respeito às classes trabalhadoras, organizadas em sindicatos. Tais organizações impediriam quedas nos salários nominais, mesmo nas fases descendentes do ciclo. Como consequência, ao longo dos ciclos, os trabalhadores, ao partirem de bases salariais cada vez maiores, estariam se beneficiando cada vez mais do progresso tecnológico decorrente do desenvolvimento em suas economias. Ou seja, nas economias do centro, o “capitalismo industrial” oferecia uma forma superior de distribuição dos benefícios do progresso técnico.

⁵ O texto de Prebisch não chegou a aprofundar a lógica aqui denominada como uma teoria de ciclos. A influência keynesiana, aqui destacada, refere-se não a um modelo desenvolvido por Keynes, mas pelos conceitos utilizados por Prebisch em seu raciocínio. Rodriguez (1981) confirma essa percepção, ao procurar sistematizar o modelo proposto por Prebisch (a expressão “de certa influência keynesiana” foi retirada desse autor). A explicação a seguir baseia-se em grande parte na síntese realizada por esse autor. Cabe aqui destacar uma característica marcante nos textos de Prebisch no âmbito da CEPAL: a ausência de citações bibliográficas que possam confirmar a influência teórica presente nesses textos. É evidente, entretanto, e quando se considera o seu “guia para Keynes”, que Prebisch era um economista com idéias fortemente influenciadas por Keynes.

⁶ A explicação quanto à retomada baseia-se em Rodriguez (1981), que reconhece uma imprecisão em alguns pressupostos do modelo proposto.

Nas fases ascendentes, os efeitos sobre a renda e preços seriam semelhantes na periferia. Tendo essa região sua economia dependente da produção de poucos produtos primários para a exportação, o aumento na renda do centro seria transferido para a periferia também na forma de maiores rendas e preços. O problema estaria nas fases descendentes do ciclo. A especialização primária, combinada com estruturas sociais e de poder características de economias atrasadas, não permitia este grau superior de organização trabalhista. Além disso, observava-se um grande excedente de mão-de-obra, não apenas pelo crescimento populacional, mas pela melhora nas condições sanitárias que estariam a permitindo menores taxas de mortalidade. Como conseqüência, na trajetória declinante do ciclo, a queda nos salários e, conseqüentemente, na renda seria mais intensa e não poderiam ser observados os efeitos distributivos, favoráveis aos trabalhadores dos países industrializados. Ou seja, a melhora na renda na periferia nas fases ascendentes do ciclo não compensaria, ao longo do tempo, a piora nas fases descendentes. Estaria assim estabelecida uma tendência de longo prazo de crescimento nas disparidades de renda entre o centro e a periferia. A queda nos termos de troca seria uma conseqüência desse processo e poderia ser interpretada como uma forma de concentração dos frutos do progresso tecnológico no centro.⁷

Conforme destacou Rodriguez (1981), a teoria de ciclos desenvolvida por Prebisch neste seu manifesto é incompleta e realizada apenas na medida para justificar a tendência de deterioração nos termos de troca. Não aprofundou, por exemplo, os motivos para a assimetria no comportamento da renda na periferia nas fases do ciclo (quedas não compensadas pelas elevações), mas limitou-se a chamar a atenção para a baixa organização sindical na periferia como explicação para a queda mais intensa da renda nos períodos descendentes do ciclo. De qualquer forma, apontou para um problema estrutural que tinha uma evidência totalmente compatível com a realidade demonstrada pelos diferenciais de renda no mundo. Destacou também para a superioridade das estruturas industriais e instituições presentes no centro em comparação com a estrutura agrária subdesenvolvida dos países latino-americanos.

A lógica dos ciclos não foi a única explicação relacionada com o fenômeno da deterioração dos termos de troca dada por Prebisch. Uma outra passou a ser, de forma sistemática, destacada nos documentos posteriores da CEPAL: a tendência de queda na participação dos bens primários na renda real nos grandes centros industriais. Essa tendência foi analisada com mais profundidade em outro trabalho oficial da CEPAL publicado originalmente em 1951 e também redigido por Prebisch. A queda nos termos de troca, segundo Prebisch (1982b), poderia ser explicada tanto pelo progresso técnico na indústria e agricultura quanto pela baixa elasticidade-renda da demanda por bens primários.⁸

⁷ Rodriguez (1981) destaca uma outra fonte da deterioração: a concentração do poder econômico nas negociações entre os empresários e os fornecedores de insumos e fatores de produção na periferia.

⁸ Uma análise semelhante a esta foi desenvolvida de forma independente por Singer (1950). Em decorrência desse trabalho, a tese do pouco dinamismo da demanda por bens primários é também conhecida na literatura como tese Prebisch-Singer.

No que diz respeito aos efeitos do progresso técnico na indústria, Prebisch identificou duas razões para o processo de deterioração dos termos de troca: i) a melhor utilização das matérias primas nos grandes centros industriais, o que reduziria o valor delas no produto final da indústria; e ii) o aparecimento de materiais elaborados por procedimentos sintéticos como nitratos (em substituição ao salitre chileno), fibras e borracha sintéticas etc. No caso da agricultura, o progresso técnico na indústria e o crescimento da renda das populações do centro estariam contribuindo para o aumento da produtividade nesse setor tendo em vista o estímulo à mecanização e à adoção de técnicas mais modernas de produção. Esse ganho permitia ainda que a agricultura dos grandes centros industriais competisse com a dos países menos desenvolvidos, mesmo considerando os salários mais baixos na periferia. Pelo lado da demanda, Prebisch concluiu pela baixa elasticidade-renda da procura por produtos primários, cuja lógica é conhecida como *lei de Engel*: à medida que cresce a renda dos indivíduos, a demanda se diversifica e cai a participação dos alimentos no orçamento.⁹ Isto é, a elasticidade-renda da demanda por alimentos seria menor do que um.

A baixa elasticidade-renda da demanda por bens primários acabou popularizando-se na explicação da tendência de deterioração nos termos de troca, talvez pelo fato de basear-se em fundamentos microeconômicos compatíveis com a teoria neoclássica, e também por ser menos imprecisa em relação à explicação baseada em ciclos feita por Prebisch.¹⁰ O fato é que se constitui numa explicação teórica cuja lógica parecia totalmente adequada para no contexto das relações “centro-periferia”. As evidências empíricas e os argumentos teóricos reforçariam então a validade de uma importante hipótese: o modelo primário exportador, que se adequava perfeitamente à realidade do comércio internacional no período que antecede a primeira grande guerra, não poderia ser tomado como referência para os países latino-americanos no novo contexto do pós segunda guerra. O crescimento baseado nesse modelo não apenas não romperia o atraso dos países subdesenvolvidos em relação às potências industriais como aprofundaria as diferenças. Os resultados da teoria pura do comércio internacional não poderiam ser generalizados para os países latino-americanos. Mesmo que se admita que o livre comércio melhore a posição de ambos, a questão deveria ser colocada sob uma perceptiva dinâmica de crescimento econômico e redução das desigualdades mundiais. E a industrialização se colocava como a melhor alternativa nesse contexto:

Existe, pues, manifiesto desequilibrio, y cualquiera que fuere su explicación o el modo de justificarlo se trata de un hecho cierto que destruye la premisa básica en el esquema de la división internacional del trabajo.

⁹ Essa denominação deve-se ao trabalho de Ernst Engel, publicado em 1857, sobre os padrões de consumo na Inglaterra. Neste trabalho, conclui pela baixa elasticidade na demanda de alimentos. Um resgate interessante da lei de Engel pode ser encontrado em Houthakker (1957).

¹⁰ Conforme destacado em nota anterior, a teoria dos ciclos brevemente elaborada por Prebisch não chegou a aprofundar os motivos para que a queda na renda nos momentos descendentes do ciclo não fosse compensada pelas elevações nas fases ascendentes. Deve-se destacar, entretanto, que a baixa elasticidade-renda da demanda por bens primários e as explicações aqui dadas reforçam essa tendência.

De ahí el significado fundamental de la industrialización de los países nuevos. No es ella un fin en sí misma sino el único medio de que disponen éstos para ir captando una parte del fruto del progreso técnico y elevando progresivamente el nivel de vida de las masas. (Prebisch, 1982a, p. 100)

Prebisch, a exemplo de Furtado, não chegou a negar totalmente a lógica do princípio das vantagens comparativas. A preocupação estaria nas dificuldades em aceitar algumas hipóteses dos modelos que consideram este princípio e o caráter estático de sua análise numa discussão mais ampla sobre propostas de política para o desenvolvimento econômico. Prebisch, inconformado com o consenso acerca da aplicação de políticas baseadas em teorias tidas como universais, tinha como uma das orientações básicas em seus primeiros trabalhos a necessidade de encontrar uma interpretação teórica que fosse mais adequada à realidade latino-americana:

Se ha dicho anteriormente que uno de los objetivos de este informe es discutir el contenido de un programa de desarrollo. Se dijo también que este programa es la expresión de una política de desarrollo y que ésta requiere orientarse en ciertos principios cuya formulación corresponde a la investigación teórica. No extraña, por tanto, que en los capítulos siguientes hayamos creído convenientemente proseguir el análisis de algunos aspectos de los fenómenos de desarrollo que se había iniciado en informes anteriores. La interpretación teórica de estos fenómenos no es incompatible con las conclusiones generales de la teoría, que por cierto continua evolucionando, pero sí ha de explicar satisfactoriamente el modo peculiar con que ellos acontecen en la periferia da economía mundial. Por eso mismo, determinados instrumentos de este análisis, aplicables en los centros industriales, no siempre pueden emplearse con éxito en la periferia. Si bien todas estas explicaciones teóricas tienen ese objetivo primordial, no se nos escapa que de ellas surge aún una impresión depurando y sedimentando las ideas. Tal es el propósito que guía su publicación en este informe preliminar. (Prebisch, 1982b, p.267)

Esta posição demonstra o esforço de Prebisch em procurar ou construir argumentos teóricos que pudessem justificar as políticas que decorreriam do diagnóstico dos problemas decursos do modelo “centro-periferia”. Uma interpretação que podemos considerar, conforme destacado anteriormente, é a de que o objetivo desse esforço teórico não era o de negar totalmente o princípio das vantagens comparativas; mas o de encontrar outra lógica, que pudessem explicar o atraso relativo dos países latino-americanos em relação às grandes economias industrializadas, a partir das relações econômicas internacionais estabelecidas. A ênfase na crítica ao caráter normativo da teoria pura do comércio internacional, entretanto, talvez explique por que o pensamento estruturalista é conhecido comopositor ao livre comércio. Não se trata, contudo, de uma oposição absoluta, mas relativa e plenamente justificada por um processo tido como real na época. Essa idéia ficará ainda mais clara quando considerarmos as discussões sobre integração no final deste artigo.

Cabe destacar que a análise de Prebisch considerou também os benefícios da industrialização nas transformações sociais. Esses benefícios foram considerados em sua síntese sobre a necessidade de adoção de um processo de substituição de importações:

La industrialización absorbe parte de aquella población disponible y contribuye a que otra parte se absorba en actividades conexas como los transportes y el comercio que con ella se desarrollan. Además, el incremento de productividad media en que el proceso de industrialización se manifiesta, conjuntamente con el aumento de productividad que las mejoras técnicas determinan en la producción primaria, aumentan el ingreso *per capita* y traen consigo creciente demanda de servicios, con lo cual surgen nuevas fuentes de ocupación. La industrialización va pues ligada a distintos fenómenos de otro género propios del crecimiento. Si en nuestra exposición nos referimos sólo a ella, será por brevedad. De expresión y no por dejar de lado la importancia de aquéllos. (Prebisch, 1982b, p. 270).

Com essas construções, Prebisch e seus seguidores pareciam inaugurar uma nova frente de oposição relativa ao pensamento ortodoxo da época ao destacar os riscos da especialização dos países latino-americanos em produtos primários para o desenvolvimento econômico desses países. Essa oposição pode ser considerada relativa, pois não buscou simplesmente refutar os argumentos lógicos da teoria das vantagens comparativas.¹¹ A questão era que tais argumentos eram insuficientes quando considerados os aspectos dinâmicos relacionados ao progresso tecnológico e às condições de oferta e demanda dos produtos negociados no mercado internacional. A especialização que caracterizava o modelo centro-periferia encontrava total apoio no princípio das vantagens comparativas, cuja soberania entre economistas é tida como intocável, pelo menos na visão de alguns, até os dias atuais. Uma política de industrialização na América Latina seria uma irracionalidade contrária às normas defendidas por essa ortodoxia. Essa simples observação acabou por caracterizar, como já destacamos, a CEPAL e seus seguidores como uma escola contrária ao livre comércio. De fato, a industrialização demandava uma política protecionista; mas esta era apenas uma parte do pensamento que está sendo construído.

1.3 Industrialização e política comercial: um estruturalista não tão distante da escola clássica

A industrialização substitutiva de importações proposta pelos primeiros trabalhos da CEPAL, pela sua própria concepção, demandava uma ação ativa do governo em torno de uma política comercial. As primeiras orientações mais explícitas para uma política para a industrialização através de um processo de substituição de importações foram tratadas no documento intitulado *La cooperación Internacional em la Política de Desarrollo Lationamericana*, originalmente publicado em 1954. Esse documento enfatizou de forma explícita a necessidade de uma política comercial estratégica destinada a estimular a industrialização:

La justificación primordial de la protección está en las diferencias de productividad entre los países menos desarrollados y los más desarrollados, diferencias que se explican fundamentalmente por la gran disparidad en la cuantía del capital por persona ocupada y en las aptitudes técnicas con que trabaja. (...)

Por lo tanto, si el desarrollo espontáneo de la industria fuera impracticable y antieconómico, sólo quedaría la protección para compensar las diferencias de productividad, ya

¹¹ Este ponto será mais bem esclarecido no próximo capítulo, quando a política de substituição de importações é analisada no contexto da integração econômica regional.

sea mediante derechos aduaneros o mediante subsidios, puesto que las restricciones directas a la importación son menos aconsejables como medio de política industrial, a no ser temporalmente.

Tal es o carácter de la protección que exige el desenvolvimiento industrial latinoamericano. Dentro de la misma escuela clásica se ha admitido la protección en la etapa incipiente de la industria hasta que llegue a fortalecerse y ponerse en condiciones de hacer frente a la competencia extranjera (Prebisch, 1982c, pp. 364-365)¹²

De fato, as vantagens da industrialização – sua eficiência dinâmica e sua superioridade econômica e social – não foram originalmente elaboradas pelo pensamento estruturalista. Também estiveram presentes no debate, nos séculos XVIII e XIX, nas economias que hoje podem ser consideradas como industrializadas e desenvolvidas.¹³

Os primeiros questionamentos sobre o otimismo em torno da especialização e do livre comércio como instrumentos para a criação de uma estrutura econômica adequada ao desenvolvimento surgiram dentro da própria escola clássica. Ao considerar as possibilidades decorrentes da interferência do governo no comércio internacional, Stuart Mill, em seus *Princípios de Economia Política*, publicado pela primeira vez em 1848, argumentava que:

O único caso em que, com base em meros princípios de Economia Política, são defensáveis as taxas protecionistas, é quando são impostas em caráter temporário (sobretudo em um país jovem e que está crescendo), na esperança de nacionalizar a empresa estrangeira, que é em si mesma perfeitamente adequada para as circunstâncias do país. A superioridade de um país sobre outro, em um ramo de produção, muitas vezes vem apenas do fato de ter começado antes. Pode ser que não haja nenhuma vantagem intrínseca de um lado, ou desvantagem do outro, mas apenas uma superioridade momentânea de habilidade e experiência adquiridas. Um país que ainda não adquiriu essa habilidade e essa experiência pode sob outros aspectos ser mais adequado para essa produção do que aqueles que começaram antes no ramo. (Mill, 1983, p.381).

Nessa consideração, Mill parece aceitar a possibilidade de uma política de industrialização baseada no argumento da indústria nascente. Essa aceitação insere-se no contexto da industrialização dos Estados Unidos a partir do final do século XVIII quando passam a prevalecer as vozes em favor da industrialização.¹⁴ Com relação a estas vozes, Mill argumenta que elas:

Acreditam que uma nação em que todos estão ocupados com o mesmo ou quase com o mesmo objetivo – uma nação em que todos trabalham na agricultura – não pode atingir alto estágio de civilização e cultura. Ora, essa afirmação fundamenta-se em uma boa base racional. (Mill, 1983, p. 383)

A consideração de Mill sugere também certo preconceito por parte dos economistas clássicos acerca da concentração da atividade econômica de um país na produção agrícola. Esse preconceito

¹² Aqui Prebisch faz claramente uma menção às defesas, encontradas no período de influência da escola clássica, aos argumentos favoráveis ao protecionismo à indústria nascente.

¹³ Conclusões semelhantes podem ser encontradas em Gonsález, 2002 e Chang, 2003.

¹⁴ Junto com Alexander Haminton (1757 – 1804), considerado o pai do protecionismo norte-americano, podemos destacar, como defensores convictos do protecionismo em prol da industrialização dos Estados Unidos Daniel Raumont (1786 – 1849) e Henry Charles Carey (1793 – 1879), sendo este último considerado por Mill “o único autor, de alguma reputação como economista político que (...) adere à doutrina do protecionismo” (Mill, 1983, p. 382).

justifica-se pelo fato do desenvolvimento da escola clássica ter sido acompanhado pela industrialização na Inglaterra e pela possibilidade desse processo vir a se repetir nos Estados Unidos.

Dentre os defensores do protecionismo norte-americano, merece destaque Alexander Hamilton, considerado o precursor, na evolução do pensamento econômico, do protecionismo, cuja obra mais influente nesse debate foi o seu *Report on Manufactures*, divulgado originalmente em 1791. Numa época em que o livre comércio passava a ser considerado como um estado natural das coisas, Hamilton (1934) destacava:

The remaining objections to a particular encouragement of manufactures in the United State now require to be examined.

One of these turns on the proposition, that industry, if left to itself, will naturally find its way to the most useful and profitable employment. Whence it is inferred that manufactures, without the aid of government, will grow up as soon and as fast as the natural state of things and the interest of the community may require.

Against the solidity of this hypothesis, in the full latitude of the terms, very cogent reasons may be offered. These have relation to the strong influence of habit and the spirit of imitation; the fear of want of success in untried enterprises; the intrinsic difficulties incident to first essays towards a competition with those who have previously attained to perfection in the business to be attempted: the bounties, premiums, and other artificial encouragements with which foreign nations second the exertions of their own citizens (Hamilton, 1934, p. 203)

Hamilton destacava ainda que:

The superiority antecedently enjoyed by nations who have preoccupied and perfected a branch of industry, constitutes a more formidable obstacle than either of those which have been mentioned, to the introduction of the same branch into a country in which it did not before exist. To maintain, between the recent establishments of one country, and the long-matured establishments of another country, a competition upon equal terms, both as to quality and price, is, in most cases, impracticable. The disparity, in the one, or in the other, or in both, must necessarily be so considerable, as to forbid a successful rivalry, without the extraordinary aid and protection of government. (Hamilton, 1934, pp. 204-5)

Os argumentos de Hamilton, considerado o “pai do protecionismo norte-americano”, inserem-se no debate sobre as opções de desenvolvimento dos Estados Unidos após a sua independência. Primeiro secretário do tesouro americano, cujas funções se estenderam de 1789 a 1795, Hamilton apresentou esse “relatório”, cujas idéias tiveram grande influência tanto na política comercial daquele país quanto nas idéias de outros defensores do protecionismo, no Congresso Norte-americano em 1791.

Pode-se, entretanto, considerar Frederick List como o grande autor clássico influente ¹⁵ a questionar os benefícios irrestritos da especialização. ¹⁶ Esse questionamento foi construído a partir da

¹⁵ Cabe aqui uma importante observação de ordem conceitual. List pode ser considerado como um crítico às idéias clássicas, aquelas influenciadas pelos trabalhos de Adam Smith, David Ricardo, Tomas Malthus e Stuart Mill, dentre outros discípulos deste ou daquele. Neste trabalho, a denominação de “autor clássico” é mais ampla.

¹⁶ Conforme destaca Chang, 2003, List somente teria se convertido à tese da indústria nascente após viver nos Estados Unidos entre 1825 e 1830, quando teve contato com os trabalhos de Hamilton e Raymond.

análise que List fez dos diferentes processos históricos ocorridos nas economias industrializadas.¹⁷ Ao se referir aos economistas clássicos da época, particularmente àqueles adeptos dos princípios dos custos comparativos de Ricardo e defensores do livre comércio, denominando-os de “escola popular”, argumentou, em trabalho originalmente publicado em 1841 que:

A escola não percebe que, em um regime de total livre concorrência, com nações manufatureiras mais adiantadas, uma nação menos adiantada, embora bem aparelhada para a manufatura, jamais conseguirá atingir uma força manufatureira própria perfeitamente desenvolvida, nem conseguirá sua independência nacional completa, se não recorrer ao sistema protecionista. (...) A escola popular procura aduzir os benefícios resultantes do comércio interno livre como prova de que as nações só podem conseguir o mais alto grau de prosperidade e poderio dentro de um regime de absoluta liberdade de comércio internacional, quando a História em toda parte e sempre demonstra o contrário (List, 1984, p. 213).

Para List, a “escola popular” defendia uma visão extremamente otimista acerca da especialização e do livre comércio. Entretanto, esse otimismo teria como base uma concepção “cosmopolita”, construída num ambiente de plena paz e onde as divisões políticas entre os países seriam irrelevantes. Mas tal concepção não poderia ser considerada como real. Na evolução do comércio internacional, deveriam ser considerados o conceito de nação, o seu contexto histórico e seus interesses comuns, suas estruturas sociais e políticas e a possibilidade de utilização de políticas nacionais em defesas desses interesses e estruturas. List não apenas defendeu o protecionismo como instrumento para promover a industrialização, mas também advogou a idéia, igualmente aceita por Mill, de que a indústria proporcionaria um maior progresso não apenas econômico, mas também político e social. Destacou os benefícios desse setor para o avanço cultural, intelectual e para a capacidade inovadora. Na verdade, tornou explícito um preconceito que predominava entre os autores clássicos acerca da especialização agrícola, pelo menos sob o ponto de vista dos seus países.¹⁸

Os autores clássicos aqui selecionados não eram meros críticos do livre comércio; pelo contrário, particularmente quando se considera Stuart Mill, um dos arquitetos do liberalismo clássico. Mesmo Hamilton e List, sendo este último considerado na história do pensamento econômico como um verdadeiro nacionalista, não desprezavam totalmente seus contemporâneos clássicos. Estavam sim preocupados com as implicações políticas resultantes da concepção liberal defendida por essa escola. O fato é que, conforme bem observou Gonzáles (2002) e Chang (2003), o pensamento protecionista defendido na América Latina esteve longe de ser original em muitos de seus aspectos. Muitos

¹⁷ A análise de List baseia-se inicialmente na análise histórica das políticas econômicas e comerciais dos principais centros industriais da época: Veneza e algumas cidades italianas, a Liga Hanseática, a Holanda, a Inglaterra, Portugal, Espanha, França, Alemanha, os Estados Unidos e a Rússia.

¹⁸ Ou seja, existe aqui uma interpretação de que os autores clássicos eram avessos à especialização agrícola, considerando evidentemente o ponto de vista de seus países. Smith, por exemplo, considerou que “nenhum grande país jamais subsistiu ou poderia subsistir sem que nele funcionasse algum tipo de manufatura” (Smith, 1983, p. 341). Ricardo, por sua vez, em seus primeiros ensaios, defendeu o fim do protecionismo dos cereais na Inglaterra, opondo-se à polêmica Lei do Trigo. Implícita em seus argumentos estava a idéia de que o aumento nos preços agrícolas e nas matérias-primas forçava a subida dos salários e a queda nos lucros, prejudicando assim a produção de manufaturas (Bell, 1982). Sobre esta percepção acerca do preconceito dos autores clássicos sobre a especialização agrícola, ver Padis (1979), particularmente as suas notas introdutórias.

pensadores, sobre o predomínio da escola clássica, também procuraram defender um processo em curso no século XIX: a industrialização de alguns dos países que hoje podemos denominar de grandes potências industriais.¹⁹ Para tanto, utilizaram-se, dentre outros conceitos e contextos, da concepção da indústria nascente, sugerindo a idéia da existência de efeitos dinâmicos não considerados pelo princípio das vantagens comparativas.²⁰

Na era da economia neoclássica, o debate em torno do livre comércio também foi acompanhada por questionamentos acerca dos benefícios da especialização. Um importante trabalho que merece ser inicialmente destacado deve-se a Singer (1950). O trabalho desse autor inicia-se com alguns argumentos acerca da importância do comércio internacional para os países menos desenvolvidos. Essa defesa, porém, é seguida por algumas questões que revelam a posição crítica do autor em relação à especialização primária. Segundo Singer, as diferentes produtividades entre os setores exportadores e aqueles voltados à produção doméstica seria um indicador de que o desenvolvimento do setor “dinâmico” não estaria fazendo parte da estrutura econômica e social dos países menos desenvolvidos. Esse quadro, no caso das economias industrializadas, era totalmente distinto. Utilizando-se do termo “vantagens comparativas estáticas”, Singer destacaria a importância do que definiu de “fluxo histórico” como determinante das estruturas produtivas que, por sua vez, definiriam os diferentes graus de desenvolvimento econômico e social de um país. A partir desses argumentos, o autor revela sua inclinação à industrialização como mudança estrutural necessária para o desenvolvimento:

The principle of specialization along de lines of static comparative advantages has never been generally accepted in the underdeveloped countries, and not even generally intellectually accepted in the industrialized countries themselves. Again, it is difficult not to feel that there is more economic life of a country and in its economic history, a most important element is the mechanism by which “one thing leads to another”, and the most important contribution of an industry is not its immediate product (as is perforce assumed by economists and statisticians) and not even its effects on other industries and immediate social benefits (thus far economists have been led by Marshall and Pigou to go) but perhaps even further its effect on the general level of education, skill, way of life, inventiveness, habits, stores of technology, creation of new demand, etc. And this is perhaps precisely the reason why manufacturing industries are so universally desired by underdeveloped countries; namely, that they provide the growing points for increased technical knowledge, urban education, the dynamism and resilience that goes with urban civilization, as well as the direct Marshallian external economies. No doubt under different circumstances commerce, farming, and plantation agriculture, have proved capable of being such “growing points”, but manufacturing industry is unmatched in our present age. (Singer, 1950, p 309)

¹⁹ Um trabalho mais amplo sobre esta questão pode ser encontrado em Chang (2003). Esse autor defende uma hipótese mais polêmica: a de que os países hoje industrializados não adotaram as políticas e instituições que hoje recomendam para os países menos desenvolvidos. Esses países estariam, com isso, evitando que os menos desenvolvidos trilhassem pelo caminho que escolheram deliberadamente no passado. O título do livro – “chutando a escada” - é retirado de uma citação de List, que defende a mesma hipótese no contexto do século XIX.

²⁰ González (2001), além de considerar Frederick List, Stuart Mill e Alexander Hamilton, também faz referência a autores contemporâneos de influência neoclássica como John Williamson e Joseph Stiglitz. Um dos objetivos principais de González foi chamar a atenção para o fato de que determinados elementos do pensamento de Prebisch também estavam presentes na escola clássica.

Além dessa explícita defesa, tomando como referência as economias externas de Marshall, uma questão específica foi tratada por Singer: a deterioração dos termos de troca. Motivado pelo mesmo documento que teria influenciado Prebisch, o autor destacava para uma “inquestionável” evidência:²¹

Technical progress, while it operates unequivocally in favor of manufactures – since the rise in real incomes generates a more than proportionate increase in the demand for manufactures – has not the same effect on the demand for food and raw materials. In the case of food demand is not very sensitive to rises in real income, and in the case of raw materials, technical progress in manufacturing actually largely consist of a reduction in the amount of raw materials used per unit of output, which may compensate or even overcompensate the increase in the volume of manufacturing output. This lack of automatic multiplication in demand, coupled with the low price elasticity of demand for both raw materials and food, results in large price falls, not only cyclical but also structural. (Singer, 1950, p. 312)

Outro importante autor a ser destacado neste debate é Hollis B. Chenery. Em trabalho originalmente publicado em 1955, na renomada *The American Economic Review*, esse autor destacou:

A industrialização constitui a maior esperança de quase todos os países que buscam aumentar seus níveis de renda. É também o aspecto mais controvertido do problema do desenvolvimento econômico. As tentativas de aplicar os princípios econômicos gerais a este campo têm sido, geralmente, pouco conclusivas. Isto se deve a uma formulação teórica incompleta, assim como à inadequação dos dados disponíveis. Na maioria dos casos, continua havendo grande margem de discordância entre os partidários da especialização internacional e do investimento na produção primária, por um lado, e os defensores do crescimento equilibrado e da industrialização, por outro. (Chenery, 1969, p. 457.)

Em outro trabalho originalmente publicado em 1961, o autor destacou a necessidade de algumas modificações na teoria das vantagens comparativas para que esta pudesse ser considerada no debates sobre o desenvolvimento. Essa adaptação, que Furtado (1982) definiu como a generalização do critério das vantagens comparativas, deveria contemplar cinco pontos: i) os desequilíbrios estruturais nos mercados de fatores de produção; ii) as flutuações nas elasticidades preço e renda da demanda pelos produtos primários no mercado internacional; iii) as possibilidades de mudanças nas produtividades dos fatores; iv) as economias de escala presentes na indústria; e v) a incerteza e flexibilidade, tendo em vista a capacidade limitada que estruturas concentradas numa determinada atividade econômica têm em se adaptar às mudanças nas condições de oferta e demanda no mercado internacional. Na interpretação de Furtado (1982), essa generalização seria necessária para que as teorias de comércio pudessem ser consideradas sob a perspectiva dos países menos desenvolvidos. Tal generalização também contempla parte das idéias iniciais de Prebisch.

Outro influente autor, Ragnar Nurkse, em trabalho apresentado originalmente em 1959, também parece ter considerado algumas questões presentes na concepção estruturalista. A partir da experiência

²¹ Conforme destacado em nota de rodapé no início desta seção, existem evidências de que o texto das Nações Unidas aqui citado foi elaborado pelo próprio Singer, o que mostra uma relação entre esse autor e Prebisch. Essa é uma evidência importante, pois existe outra interpretação mais aceita de que Prebisch teria realizado a sua tese da deterioração dos termos de troca independente de Singer. Para uma discussão interessante sobre a história do que ficou conhecido como tese Prebisch-Singer, ver Toye e Toye (2003).

dos séculos XVIII e principalmente XIX, Nurkse buscou estabelecer relações entre padrões de comércio e desenvolvimento econômico. Para Nurkse, nesse período histórico, o comércio teria desempenhado um importante papel no crescimento da economia mundial, não apenas no centro do sistema, mas também na sua periferia. Naquele período, o processo de transmissão do crescimento ocorria de duas formas: i) pela forte demanda por matérias primas e mercadorias primárias, particularmente por parte da Grã-Bretanha, líder daquele sistema e com escassez de terra; ii) e também transferência de capital e mão-de-obra do centro para a periferia. Para Nurkse, a teoria da especialização internacional teria sido altamente adequada aos fatos daquela época.

O novo padrão de comércio que se estabeleceria no século XX, particularmente após o final da segunda guerra mundial teria características distintas que não reproduziriam a dinâmica anterior. A análise de Nurkse destaca algumas características que também foram consideradas por Prebisch: i) A mudança do centro econômico e de poder político da Europa para os Estados Unidos, país com baixo coeficiente de importação; ii) o novo padrão de industrialização, baseado em indústrias pesadas, particularmente engenharia mecânica e produtos químicos, estaria elevando o coeficiente tecnológico e reduzindo o conteúdo de matérias primas por produto acabado; e iii) a baixa elasticidade da demanda por alimentos e matérias primas. Conforme destaca o autor:

Por razões perfeitamente compreensíveis, portanto, os centros industriais do mundo, dos dois lados do Atlântico Norte, na metade do século XX não estão “exportando” sua própria taxa de crescimento para os países produtores de mercadorias primárias por meio de uma expansão correspondente na demanda desses produtos. Com o crescente refinamento da tecnologia, é apenas natural que os produtos brutos do solo tendam a tornar-se relativamente menos essenciais em uma economia industrial avançada. Igualmente natural é o fato de que é precisamente em tais produtos crus e simples que os países mais pobres geralmente tendem a ter uma vantagem comparativa, pelo menos sob o ponto de vista estático. Esta disparidade é um dos fatores básicos subjacentes às discrepâncias crescentes nos níveis de renda (...) O ponto a realçar é meramente que as forças que propiciam a difusão do crescimento econômico dos países adiantados para os menos desenvolvidos não são tão poderosas no campo do comércio como eram há cem anos. (Nurkse, 1979, pp. 419-20).

Com a sua interpretação, Nurkse considera uma possibilidade já vislumbrada por Prebisch:

Se, em um país subdesenvolvido, o estoque de fatores produtivos está crescendo, mas se por uma razão ou por outra o desenvolvimento por meio de aumento de exportações para os centros industriais avançados é retardado ou bloqueado, surge uma possível necessidade de promover aumentos em produção que sejam diversificados de acordo com as elasticidades-renda da demanda doméstica, de modo a promover localmente os mercados entre si, em contraste com a expansão da produção para exportar, que é especializada de acordo com a vantagem comparativa internacional (Nurkse, 1979, p. 437).

Tem-se aqui uma questão estratégica de suma importância: a possibilidade de bloqueio das exportações considerada por Nurkse encaixa-se perfeitamente no contexto latino-americano no período

logo após o final da segunda guerra.²² Naquele contexto, duas alternativas se colocavam para a América Latina: a escolha entre o retorno ao modelo primário-exportador, desestabilizado pelas guerras e grande depressão, ou a continuidade de um processo de diversificação econômica baseada na industrialização.

1.4 A industrialização numa perspectiva histórica: o caráter estratégico das opções para a América Latina

Além dos argumentos teóricos apresentados na seção anterior em favor da substituição de importações, um outro argumento foi sistematicamente destacado nos trabalhos da CEPAL: o caráter estratégico que uma política de industrialização poderia ter no novo e incerto contexto da reestruturação das relações econômicas internacionais no período que se seguiu após o final da segunda guerra mundial. Nesse novo contexto, os Estados Unidos surgiam como grande potência industrial e com a vantagem de possuir abundância de terra, ao contrário da Inglaterra, líder no contexto anterior à primeira guerra. A nova potência possuía, assim, um baixo coeficiente de importações o que indicava que o seu crescimento pouco poderia contribuir para a evolução das exportações latino-americanas de produtos primários. Na Europa, construíam-se grandes perspectivas em torno de uma reestruturação econômica baseada em um mercado amplamente integrado e tendo como objetivo o resgate da atividade industrial, além de instituições que garantissem o não retorno ao passado conflituoso e evitassem o avanço de um regime contrário à ideologia do mercado.²³ Tais argumentos, junto com a percepção acerca da baixa elasticidade renda da demanda por bens primários contribuíam para reduzir os ânimos em relação às exportações latino-americanas.

Para a América Latina, duas estratégias se colocavam neste contexto: i) voltar a ter como força dinâmica o setor exportador criado no período colonial, caracterizado pela produção de bens primários, e manter-se como importador de bens industrializados; ou ii) dar continuidade a um processo de substituição de importações que já teria sido, num primeiro momento, motivado por fatores externos.

A primeira alternativa tinha como oposição as evidências e os argumentos teóricos sintetizados na seção anterior. Mas a segunda alternativa incorporava uma importante questão. Várias economias latino-americanas experimentaram, ainda que de forma heterogênea, um processo de substituição induzido pelas dificuldades oriundas do desarranjo do sistema de comércio internacional que prevaleceu durante boa parte da primeira metade do século XX. Essa alternativa deveria então incluir os custos de se desfazer de toda uma estrutura industrial que já havia sido criada. Ou seja, o debate reproduzido aqui se insere numa situação em que já havia sido criada uma estrutura industrial na América Latina e cujas transformações sociais e políticas já se faziam notar.

²² Isso explica a grande influência desse autor nos trabalhos de Furtado.

²³ Ou seja, diante dos riscos decorrentes da expansão da União Soviética sobre a Europa.

Existia ainda uma incerteza que não era considerada pelos modelos tradicionais de comércio: a real disposição dos vencedores da segunda guerra em adotarem o livre comércio como estratégia, seguindo a doutrina das vantagens comparativas. Conforme sugerido na seção precedente, o protecionismo, tão questionado pelos modelos ortodoxos, parecia não ser uma heresia quando os interesses residiam no argumento da proteção da “indústria nascente” ou dos setores potencialmente perdedores com o livre comércio em grandes nações industriais. Havia ainda um outro risco real: a tendência de crescimento do protecionismo e demais formas de estímulo à agricultura dos países do centro. Mas a agricultura era justamente um dos setores “dinâmicos” nos países da periferia. Essa percepção, segundo Prebisch, reforçaria, a tendência de redução da demanda pelas exportações primárias dos países latino-americanos:

El aumento de productividad en los centros industriales se manifiesta también en su propia producción primaria y en muchos casos les permite competir favorablemente en los mercados exteriores con la periferia, a pesar de los más bajos salarios que en ésta prevalecen. Y en otros casos en que no sucede así suele acudir a la protección para mantener o estimular la producción primaria de los centros defendiendo el mercado interno de la competencia de la periferia (...). (Prebisch, 1982b, p.269).

Esta preocupação foi destacada em outros trabalhos da CEPAL, particularmente no contexto da integração regional a ser analisado mais adiante. O fato é que, conforme amplamente destacado no ensino da economia internacional, particularmente nos estudos dos impactos de uma política comercial, tarifas e outras formas de proteção podem, quando implantadas por uma “grande economia”, proporcionar ganhos nos termos de troca. Esses ganhos decorrem dos impactos negativos sobre os preços que a redução da demanda por importações, decorrente das altas tarifas, provoca no mercado internacional. Essa era uma preocupação oportuna, considerando que a Europa, ao longo do seu processo de integração, estabeleceu um amplo sistema de proteção à sua agricultura. Basta lembrar que o processo da integração europeia teve, em sua origem, o protecionismo agrícola como uma das principais motivações. Esse sistema de proteção é institucionalizado a partir da denominada Política Agrícola Comum, conhecida até hoje pelos seus generosos subsídios e demais formas de proteção.

Enfim, a defesa da industrialização no pensamento estruturalista pode ser entendida como um “jogo” que, dadas as suas regras e as expectativas dos jogadores em relação às possíveis estratégias a serem adotadas por cada um, sugere um resultado que não necessariamente aquele preconizado pela teoria pura do comércio internacional. Ou seja, trata-se de um “jogo” bem mais elaborado do que aquele defendido pela teoria pura do comércio internacional.²⁴

²⁴ O termo “jogo” aqui utilizado refere-se ao definido pela teoria dos jogos. Evidentemente, o texto não teve a pretensão de formular um processo decisório na política econômica. Este, entretanto, pode ser um projeto de pesquisa bastante interessante para aqueles que gostam do rigor matemático presente na teoria econômica, como assim fazem muitos dos atuais economistas neoclássicos.

1.4 substituição de importações, comércio internacional e cooperação

O processo de substituição de importações não resolve um problema estrutural: a tendência de redução da capacidade de importação. Pelo contrário, o próprio avanço do processo de substituição de importações levaria a novas necessidades de compras externas, particularmente de bens de capital, tecnologia e determinados tipos de insumos. Mas, mais do que o simples protecionismo seletivo, Prebisch considerava a política comercial como inserida em um processo de cooperação internacional. Essa sua avaliação ocorre justamente nos primeiros anos de funcionamento do sistema criado pelo GATT. A industrialização substitutiva de importações não necessariamente poderia enfraquecer um esquema de liberalização multilateral:

(...) Esta necesidad de protección es ineludible en una juiciosa política de desarrollo y no conspira en forma alguna contra el comercio internacional siempre que se mantenga dentro de los límites exigidos por el mismo desarrollo. Dentro de tais límites (...) la protección no disminuye las importaciones de un país en desarrollo sino que cambia simplemente su composición en consonancia con las transformaciones estructurales de la economía nacional. Los derechos aduaneros disminuyen o eliminan algunas importaciones que se sustituyen por producción interna, y ello da lugar al aumento de otras importaciones de demanda muy elástica conforme crece el ingreso por habitante (Prebisch, 1982c, p. 365)

Ou seja, essa afirmação reforça uma interpretação já explicitada anteriormente: a política de substituição de importações proposta por Prebisch não pode ser considerada como essencialmente contrária ao livre comércio. Tratava-se de uma política que tinha como um dos objetivos a transformação de estruturas que permitissem uma participação mais justa dos países latino-americanos no comércio internacional.

A ênfase dada a esse objetivo final revelaria um outro aspecto importante dentro da estratégia de substituição de importações. Não se poderia negar a necessidade de uma maior cooperação internacional nesse processo. Isso por que, em tal estratégia, não poderia ser desconsiderada a importância dos investimentos diretos estrangeiros e dos empréstimos internacionais, além da cooperação técnica e financeira das agências multilaterais, como o Banco Mundial e o FMI. Este fato, aliado à evidente necessidade de crescimento das exportações latino-americanas, talvez tenha motivado a necessidade de sinalizar um processo muito menos “fechado” do que poderia ser imaginado pelos defensores do livre comércio.²⁵

1.5 limitações do processo de substituição de importações e a integração econômica regional.

Um dos problemas que sistematicamente considerado pelos autores estruturalistas foi a necessidade de grandes mercados com o objetivo de explorar as denominadas economias de escala. Os

²⁵ Estas conclusões explicam o título do trabalho da qual foi tirada a última citação.

mercados de determinados países eram extremamente limitados, principalmente quando comparados aos grandes centros industriais. Mesmo aqueles com grande população apresentavam baixos níveis de renda *per-capita*.²⁶ No centro, além do conhecimento já adquirido, as indústrias contavam com um amplo e sofisticado mercado consumidor. Isso era evidente nos Estados Unidos. Mesmo nos pequenos países europeus, a escala de produção era melhor aproveitada tendo em vista os altos níveis de renda, além da sua distribuição mais equitativa. Além disso, a industrialização europeia foi beneficiada pela tradição histórica de intercâmbio comercial entre os seus países. Essa tradição contrastava com a história e realidade da América Latina. Nessa região, a industrialização teria ocorrido de forma desfragmentada, em mercados fechados com baixa população, renda e produtividade. Uma política protecionista, ao desconsiderar esses problemas, estaria, segundo o pensamento ortodoxo, totalmente fadada ao fracasso e poderia piorar ainda mais as diferenças de renda entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Entretanto, esse problema e uma possível e importante solução foram considerados por Prebisch em seu primeiro manifesto:

Al discurrir acerca del aumento del capital por hombre, ha supuesto implícitamente que los establecimientos industriales podrían alcanzar una dimensión satisfactoria, para lo cual se requiere un mínimo de producción. Hasta dónde tiende a alcanzarse esta dimensión en los países de la América Latina? La diversidad de condiciones en que se encuentran impide generalizar, en éste como en otros casos. Por lo demás, no se ha realizado aún en estos países un estudio sistemático de la productividad y su relación con la dimensión óptima de la empresa y de la industria. Pero suelen citarse ejemplos poco halagadores, ya sea de la subdivisión de una industria en un número relativamente pequeña, en países que, uniendo sus mercados para una serie de artículos, podrían conseguir una mayor productividad. Este parcelamiento de los mercados, con la ineficacia que entraña, constituye otro de los límites del crecimiento de la industria, límite que, en este caso, podría ir cediendo ante el esfuerzo combinado de países que, por su situación geográfica y sus modalidades, estarían en condiciones de realizarlo con recíprocas ventajas. (Prebisch, 1982a, pp. 142-143).

Ou seja, as limitações nos tamanhos dos mercados latino-americanos e a possibilidade de uma integração como forma de superação destas limitações foram consideradas por Prebisch em seu primeiro “manifesto”.

Mas a idéia de um planejamento industrial apenas estava sendo construída. Em 1959, a CEPAL publicaria um outro documento intitulado *El Mercado Comum latinoamericano* e também redigido por Prebisch. Este documento tratou das possibilidades que a criação de um mercado comum latino-americano poderia ter para a industrialização na região. Buscou contemplar, dentre outras questões, as limitações de uma industrialização em mercados:

Los países de mayor población de la América Latina han podido llegar a una dimensión económica adecuada en algunas de sus industrias de consumo, aunque el mercado nacional sigue

²⁶ Com exceção da Argentina, tendo em vista as peculiaridades do seu desenvolvimento, que teve como resultado um alto nível de renda *per-capita*. Sobre estas diferenças, ver Furtado (1969).

siendo demasiado estrecho en muchos casos para hacer posible una racional especialización que permita reducir los costos. Y a medida que se penetra en las industrias de bienes de capital, en las de automotores y en las de ciertos bienes duraderos de consumo se vuelve más evidente la necesidad de expandir el mercado nacional. Sin embargo, si no se organiza el mercado común, cada país, forzado por la necesidad ineludible de sustituir importaciones, tendrá que entrar cada vez más en esas industrias, y tendrá que hacerlo a costos sumamente altos. Es este un punto de la mayor importancia, pues la industrialización no es un fin en si misma sino un medio eficiente para acrecentar la productividad media y por tanto el nivel de vida de la población. Y si las cuantiosas inversiones que requieren esas industrias arrojan un producto medio muy inferior al que tienen en los centros industriales de amplio mercado, se habrán malogrado en gran parte las consecuencias benéficas de esta nueva etapa de la industrialización en los países latino-americanos más avanzados (Prebisch, 1982d, pp. 472-473).

De fato, dos 20 países da América Latina em 1960, apenas 4 tinham população acima de 10 milhões de habitantes (os recordes ficavam com o Brasil, com 72 milhões e México com 37 milhões), sendo que 12 tinham populações abaixo de 5 milhões de habitantes.²⁷ Os Estados Unidos, por exemplo, possuíam na época cerca de 181 milhões de habitantes. Já a Comunidade Econômica Européia, formada então pela Alemanha, França Itália, Holanda, Bélgica e Luxemburgo, somava 189 milhões de pessoas. Essa disparidade torna-se ainda maior quando se considera o problema da distribuição de renda, além das grandes diferenças em relação a outras variáveis como níveis de produtividade, nível educacional, infra-estrutura, saneamento etc. Um mercado comum latino-americano, que reuniria em 1960 cerca de 210 milhões de habitantes, poderia então dar maior racionalidade ao processo de substituição de importações.

Mas havia ainda um outro problema. Implícito na idéia da indústria nascente está o conceito de vantagens comparativas dinâmicas. O problema consiste em identificar essas vantagens. Na verdade, não existe um critério definido para tal, como a dos custos e preços relativos presentes nas abordagens clássicas e neoclássicas do comércio internacional. Existe sim o risco de que a proteção seja concedida de forma equivocada ou baseada em pressões políticas (em geral, quem recebe a proteção tem algum poder político). Ou seja, a implantação de todo tipo de indústria sem qualquer critério concreto poderia gerar um alto grau de ineficiência industrial na América Latina, elevando ainda mais as diferenças entre os níveis de produtividade da indústria do centro e da periferia. Segundo a concepção neoclássica do comércio, o grande problema da industrialização através de altos níveis de proteção seria a ineficiência; ou seja, por mais que os argumentos dinâmicos tivessem alguma lógica, as vantagens comparativas estáticas não deveriam ser negligenciadas. A resposta seria dada no mesmo documento:

(...) en vez de tratar de implantar toda suerte de industrias, substitutivas, cada país podrá especializarse en las que juzgue más convenientes según sus recursos naturales, las aptitudes de su población y las posibilidades de su propio mercado, y acudirá a importaciones provenientes de los demás a fin de satisfacer otras necesidades de bienes industriales que no hubieran podido satisfacerse con base en importaciones del resto del mundo (Prebisch, 1982d, p. 476)

²⁷ Os dados de população apresentados nesta seção foram extraídos de Thorp (1998).

Pode-se considerar que este documento consolida a proposta de planejamento industrial sugerida nos primeiros trabalhos da CEPAL ao considerar dois importantes critérios de eficiência: as vantagens comparativas dentro da concepção ricardiana, ainda que em nível regional, e o tamanho dos mercados. Ao destacar os benefícios da especialização regional, não desprezou totalmente a concepção clássica do princípio das vantagens comparativas e do livre comércio.²⁸ Ao enfatizar as dimensões do mercado, buscou chamar a atenção para as limitações do processo de substituição de importações e para os efeitos dinâmicos da integração neste processo. Ao considerar a impossibilidade dos benefícios do livre comércio na concepção multilateral, sugeriu a integração como uma “segunda melhor opção”. Enfim, a criação de um mercado comum latino-americano se impunha como um instrumento particularmente importante na mudança estrutural proposta nos primeiros documentos da CEPAL e não pode ser considerada como totalmente oposta aos argumentos compartilhados pela ortodoxia econômica.

Conclusão

O debate sobre o desenvolvimento latino-americano teve um momento de particular riqueza após o final da segunda guerra mundial. Pelo esforço em entender a realidade da região e propor políticas e soluções, as contribuições da CEPAL foram fundamentais nesse debate. Infelizmente, muitos economistas ainda relacionam as contribuições cepalinas ou estruturalistas a políticas equivocadas que defendem uma industrialização ineficiente por demandar um protecionismo inadequado. Tratam essas contribuições como contrárias à unanimidade em torno das benefícios da especialização e do livre comércio. Deveria a América Latina, segundo esses economistas, especializar-se na produção de matérias primas e bens primários, tendo em vista a explícita vantagem comparativa nestas categorias de produtos. Parecem desconhecer, entretanto, as verdadeiras contribuições da CEPAL e seus colaboradores.

Este trabalho procurou resgatar as contribuições iniciais do pensamento cepalino ou estruturalista para o debate sobre o desenvolvimento da América Latina. Procuramos demonstrar que a industrialização defendida pela CEPAL teve como referência um conjunto de argumentos muito mais amplos do que a simples defesa da indústria nascente, um argumento que, aliás, foi amplamente debatido na evolução do pensamento econômico clássico. Motivada inicialmente por uma incômoda evidência empírica, essa Comissão, representada por Raul Prebisch, passou a desenvolver uma estrutura analítica que pôde proporcionar um melhor diagnóstico dos problemas e perspectivas para a região

²⁸ Essa última citação de Prebisch, ao considerar a especialização “de acordo com as aptidões de sua população”, sugere a adoção da concepção ricardiana das vantagens comparativas. Sobre a compatibilidade entre o pensamento cepalino integracionista e a teoria das vantagens comparativas, ver Braga (2002).

diante das alternativas de desenvolvimento que se colocavam na reestruturação do capitalismo mundial no período do pós-guerra. Seja pela explicação baseada em ciclos ou pela tendência de redução da participação dos produtos primários na renda dos países industrializados, havia fortes argumentos para acreditar que a divisão internacional do trabalho dentro do modelo caracterizado por centro-periferia estava impedindo uma distribuição mais justa dos frutos das inovações tecnológicas e elevando a distância entre as economias. Havia também considerações de ordem estratégica. Dois “caminhos” se colocavam para a América Latina após a segunda guerra: continuar um processo de industrialização já iniciado e motivado por conjunturas externas desfavoráveis, ou voltar a ter uma atividade produtiva pouco diversificada e baseada na produção primária. Nessa decisão, dois processos eram particularmente relevantes. De um lado, o novo centro do capitalismo industrial demonstrava um baixo coeficiente de importação. De outro, o protecionismo agrícola europeu se colocava como um fator grande de incerteza aos países produtores agrícolas.

Uma conclusão importante nesse debate foi a defesa da interpretação de que a CEPAL, ao propor a industrialização na América Latina, não tinha como objetivo opor-se ao livre comércio. Pelo contrário. Propunha apenas que essa liberdade ocorresse em estruturas diferentes daquelas previstas pelo modelo centro-periferia. As mudanças estruturais decorrentes da industrialização, além de elevar a taxa de crescimento da região, poderiam proporcionar o aumento da participação da América Latina no comércio internacional, tanto de bens primários quanto de bens industriais. Não desprezou os riscos de uma industrialização deliberada em mercados fechados e limitados. Também não desconsiderou as limitações inerentes ao conceito de vantagens comparativas dinâmicas. Tais riscos e limitações foram tratados a partir de uma concepção de planejamento industrial: a integração e cooperação econômica entre os países da América Latina.

Para encerrar toda esta discussão, merece destaque o debate criado, no âmbito de uma das então mais importantes escolas de economia do Brasil, pelo primeiro documento da CEPAL escrito por Prebisch. Em conferência realizada na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro, no ano de 1950, Jacob Viner, ao defender as virtudes do livre comércio e a validade das teorias clássicas e neoclássicas, destacou:

Até a bem pouco tempo, eu supunha que tudo ou quase tudo que venho dizendo nesta palestra fosse, em substância, uma questão pacífica, pelo menos entre os economistas profissionais, e teria tido a impressão, talvez, de estar abusando da vossa paciência e da vossa boa vontade com a apresentação de matéria tão comezinha.

No entanto, verifiquei que algumas fontes ilustres, e especialmente do quadro técnico das Nações Unidas, têm procurado focalizar estes problemas sob uma nova espécie (ou parcialmente nova) sobretudo na parte em que se aplicam aos países “subdesenvolvidos”.

(...) Tudo o quanto encontro no estudo de Prebisch e em trabalhos de semelhante teor das Nações Unidas e de outras fontes é a identificação dogmática da agricultura com a pobreza, e a explicação da pobreza agrícola por leis naturais inerentes, em virtude das quais os produtos agrícolas tendem a permutar-se por manufaturas em termos de crescente deterioração; o progresso tecnológico tende a limitar suas bênçãos à indústria manufatureira, e a população agrícola não se beneficia do progresso tecnológico nas manufaturas, nem sequer como

compradora, porquanto os preços dos produtos manufaturados não acompanham a baixa de seus custos reais. Estas leis naturais parecem-me em sua maior parte fantasias maliciosas, simples conjeturas, interpretações erradas da História, ou, no melhor dos casos, meras hipóteses a exigirem experimentação sóbria e objetiva.

(...) Que a agricultura não se associa necessariamente à pobreza é óbvio quando se consideram os casos da Austrália, da Nova Zelândia, da Dinamarca, de Iowa ou de Nebraska. (Vinner, 1951, pp. 81 – 83)²⁹

A resposta de Prebisch teria sido:

Después de aparecer uno de nuestros primeros informes, acertó a pasar por aquí uno de los mas ilustrados profesores en materia de comercio internacional. Formado en la más pura tradición clásica, sometido por largos decenios a los ejercicios de la lógica Ricardiana, no bastaron breves semanas en Brasil para seducirle con el espectáculo de una industrialización que apenas comienza, si se toma como punto de mira las posibilidades cósmicas de este país. Ha condenado la industrialización latinoamericana. Arrastrándonos en su execración a los economistas de la CEPAL, que la preconizamos. Ha impugnado también toda forma de control deliberado del crecimiento y de orientación del comercio exterior. Pero por lo menos nos ha dejado una fórmula única y positiva de desarrollo económico: dedicarse a la agricultura y controlar la natalidad. (Prebisch, reproduzido em Rodrigues, 2000, p. 5)

Bibliografia

Agarwala, A. N. e Singh, S. P. (org.). *A Economia do Subdesenvolvimento*. Editora Forense, Rio de Janeiro, 1969.

Bell, John Fred. *História do Pensamento Econômico*. 2ª. Edição. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1982.

Bielschowsky, Ricardo (org.). *Cinqüenta Anos de Pensamento na CEPAL*. Conselho Federal de Economia - COFECON/Ed. Record. Rio de Janeiro. 2000.

Braga, Márcio Bobik. *Integração econômica na América Latina: uma interpretação das contribuições da CEPAL*. *Cadernos Prolam*, ano I, vol.i. PROLAM/USP. São Paulo, 2002.

Casanova, Pablo Gonzáles. (Org.). *América Latina: Historia de Medio Siglo*. México. Siglo Veintiuno Editores. 2ª Ed. 1988.

²⁹ Essa citação foi publicada pela Revista Brasileira de Economia logo após este mesmo veículo ter publicado a versão em português, traduzida por Celso Furtado, do texto de Prebisch de 1959. A Idéia da Fundação Getúlio Vargas era prover um amplo debate que questionasse as idéias propostas por Prebisch.

- Chang, Há-Joon. *Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. Editora Unesp. São Paulo. 2003.
- Chenery, Hollis B. *O papel da industrialização nos programas de desenvolvimento*. In. Agarwalla e Singh (1969).
- Chenery, Hollis B. *Vantagens comparativas e medida de política para o desenvolvimento*. In Savasini e outros (1979).
- Furtado, Celso. *Formação Econômica da América Latina*. Lia Editor S.A. 2ª. Edição. Rio de Janeiro, 1969.
- Furtado, Celso. *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*. Coleção os Economistas, Ed. Abril Cultural. São Paulo, 1983.
- Furtado, Celso. *Fantasia Organizada*. Editora Paz e Terra. Rio de Janeiro, 1985.
- Gonzáles, Norberto. Las Ideas motrices de tres procesos de industrialización. *Revista de la CEPAL*, no. 75, dezembro de 2001.
- Gurrieri, Adolfo. *La obra de Prebisch em la CEPAL*. El Trimestre Económico. México, 1982.
- Hamilton, Alexander. *Papers on public credit, commerce and finance*. Columbia University Press. 1934.
- Houthakker, H. S. “An international comparison of household expenditures patterns, commemorating the centenary of Enges’s Law. *Econométrica*, Vol. 25, no. 4, pp. 532-551, outubro de 1957.
- Intituto Latinoamericano de Planificassem Econômica y Social - ILPES. *Consideraciones sobre la estratégia de industrializacion de America Latina*. Mimiografado. Santiago do Chile, 1967.
- Krugman, Paul e Maurice Obstfeld. *Economia internacional: teoria e política*. Editora Pearson, 6ª. Edição. São Paulo, 2005.
- List, Georg Friedrich. *Sistema Nacional de Economia Política*. Coleção os Economistas, Editora Abril Cultura. São Paulo, 1983.

Mankiw, N. Gregory. *Introdução à Economia*. Editora Campus, 2ª. Edição. Rio de Janeiro, 2001.

Mill, Stuart. *Princípios de Economia Política*. Coleção os Economistas, Editora Abril Cultura, volume II. São Paulo, 1983.

Mynt, Hla. *A Economia do Desenvolvimento*. Zahar Editora, Rio de Janeiro, 1966.

Nurske, Ragnar. “Padrões de comércio e desenvolvimento”. In Savasini e outros (1979).

Padis, Pedro Calil (org.). *América Latina: cinquenta anos de industrialização*. Editora Hucitec, São Paulo, 1979.

Prebisch, Raúl. “El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas” (1982a). In Gurrieri (1982).

Prebisch, Raúl. “Problemas teóricos y prácticos del crecimiento económico” (1982b). In Gurrieri (1982).

Prebisch, Raúl. “La cooperación internacional en la política de desarrollo latinoamericana” (1982c). In Gurrieri (1982).

Prebisch, Raúl. “El mercado común latinoamericano” (1982d). In Gurrieri (1982).

Prebisch, Raúl. *Dinâmica do desenvolvimento latino-americano*. Editora Fundo de Cultura. Rio de Janeiro. 1964.

Rodríguez, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. Editora Forense. Rio de Janeiro, 1981.

Savasini, José Augusto A. e outros (organizadores). *Economia Internacional*. Série ANPEC, Ed. Saraiva. São Paulo, 1979.

Smith, Adam. *A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas*. Coleção os Economistas. São Paulo, 1983.

Singer, H. G. The distribution of gains between investing and borrowing countries. *The American Economic Review*. 1950.

Thorp, Rosemary. *Progresso, pobreza e exclusão: uma história econômica da América Latina no século XX*. Banco Interamericano de Desenvolvimento. New York, 1998.

Toye, John e Toye, Richard. The origins and interpretation of the Prebisch-Singer thesis. *History of Political Economy*, pp. 437 – 467, 2003.

Viner, Jacob. Conferências sobre as teorias do comércio internacional. *Revista Brasileira de Economia*. Fundação Getulio Vargas, Rio de Janeiro, ano 5, junho de 1951.

Wionczek, Miguel S (editor). *A integração econômica na América Latina: experiências e perspectivas*. Edições O Cruzeiro. Rio de Janeiro, 1966.